



GT 12 – Informação, Estudos Étnicos-Raciais, Gênero e Diversidades

ISSN 2177-3688

ARQUIVOS PESSOAIS DE ESCRITORAS NOS ESPAÇOS INSTITUCIONAIS DA MEMÓRIA

PERSONAL ARCHIVES OF WOMEN WRITERS IN INSTITUTIONAL PLACES OF MEMORY

Priscila Rosa Martins – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
Eva Cristina Leite da Silva - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: Anonimato, pseudônimo, timidez são alguns dos termos que figuram junto à invisibilidade, destruição e ausência no que se refere aos arquivos pessoais de mulheres. Para as escritoras de literatura, os espaços institucionais da memória são uma das formas de legitimar as disputas de poder social. A presente pesquisa objetivou identificar como os arquivos de escritoras são institucionalizados pelos mais diversos lugares de memória brasileiros. Quanto aos procedimentos, foi realizado um levantamento bibliográfico, de caráter descritivo. Foram analisadas as referências às escritoras Adélia Prado, Hilda Hilst, Nélide Piñon e Carolina Maria de Jesus. Ficaram evidentes os aspectos relacionados à escrita da mulher, próxima do cotidiano familiar e da casa, ausente de livros, assim como a reprodução de um modelo que caracteriza uma classe social, um tom de pele, uma faixa etária, um nível de escolaridade, um tempo histórico, uma região do país, uma forma de ser escritora. Em síntese, reproduzem sistemas vigentes e o funcionamento da historiografia literária. Nesse contexto, é perceptível algumas mudanças, como a criação da Rede de Arquivo de Mulheres e o movimento de registro Um Grande Dia para as Escritoras: autoras do Brasil mostram a cara.

Palavras-chave: arquivos pessoais; arquivos de escritoras; lugares de memória.

Abstract: When it comes to women's personal archives, words such as anonymity, pseudonym and shyness often feature alongside invisibility, destruction and absence. For women writers, memory institutions present one of the ways to legitimize social power struggles. The present study intends to identify how women writers' archives are incorporated into the most diverse Brazilian memory institutions. Regarding our procedures, a bibliographic survey was conducted, of a descriptive nature. References to writers Adélia Prado, Hilda Hilst, Nélide Piñon and Carolina Maria de Jesus were analyzed. Aspects related to women's writing were evident, with closeness to family and home daily life, and absence from books, as well as the reproduction of a model that delineates social class, skin tone, age group, level of education, historical period, a region of the country, a way of being a writer, thus reproducing current systems and the functioning of literary historiography. In this context, some changes are noticeable, such as the creation of the Women's Archive Network and the movement A Great Day for Brazilian Women Writers.

Keywords: personal archives; women writers' archives; places of memory.

1 INTRODUÇÃO

Anonimato, timidez, invisibilidade, pseudônimo, dispersão, destruição. Esses são alguns dos termos que emergem da análise de Constância Duarte (2011) ao abordar os arquivos de mulheres. Na década de 1980, a procura pelas escritoras ausentes das sucessivas histórias da literatura brasileira revelava: “Buscar a memória cultural em um país que não cultua a memória não é tarefa fácil” (DUARTE, 2011, p. 236). O resgate contou com a ida a sebos e bibliotecas, além da contribuição de instituições, institutos, academias e bibliófilos. O resultado foram as obras *Escritoras brasileiras do século XIX*, da Editora Mulheres, sob a coordenação de Zahidé Muzart, as quais trouxeram a conhecimento desde escritoras nunca mencionadas a outras que “desapareceram” do cânone (DUARTE, 2011).

A ausência de mulheres, principalmente, em espaços públicos, é consequência de uma longa trajetória já observada e deflagrada. Restritas ao âmbito privado, à família, a divisão de trabalho e a maternidade foram e são fatores percebidos na desigualdade. Sônia Coelho (2006) aponta para o caráter funcional da instituição família, em que regras de relações são estabelecidas na organização social. Nesse sentido, são as pressões externas – como o voto feminino, a entrada da mulher no mercado de trabalho, o controle de natalidade – que apresentam novas práticas e conflitos para os sistemas vigentes. Segundo Michelle Perrot (2013), a liberdade de contracepção e o direito ao aborto seriam formas de “dissolver a hierarquia” do masculino e do feminino.

Na tarefa de rastrear e escrever a(s) história(s) das mulheres, a diferença é percebida enquanto fonte. O receio de serem responsáveis por produzir provas contra si é um dos motivos que levou (e leva) muitas mulheres a destruírem seus registros, fato que contribui para o silenciamento:

[...] prevendo a negligência ou mesmo a zombaria de herdeiros indiferentes, muitas mulheres, no outono de suas vidas, punham suas coisas em ordem, selecionavam a correspondência, queimavam as cartas de amor – ainda mais quando havia o risco de que atentassem contra a sua honra –, destruíam o seu diário, testemunha de emoções, esperanças e sofrimentos passados que convinha fazer calar (PERROT, 2013, p. 30).

A fim de propor mudanças significativas nesse cenário, Elisa Chaves e Maria Leandra Bizello (2022) apontam para a institucionalização como um processo que visa preservar e difundir documentos de mulheres e sobre mulheres, embora tenham verificado que a legislação brasileira vigente não satisfaça as necessidades para tal. Além da regulamentação,

as autoras destacam a necessidade de sensibilização dos profissionais e responsáveis inseridos nas instituições, como também da própria população civil, com o intuito de promover a seleção e aquisição desses acervos.

Em observância a essas questões, a presente pesquisa objetivou identificar como os espólios de escritoras brasileiras estão institucionalizados pelos mais diversos lugares de memória¹. Ademais de arquivos, museus e bibliotecas, figuram também espaços mais abrangentes que intentam manter ou recriar aspectos da vida e das circunstâncias que culminam na criação. Quanto à metodologia, a pesquisa se caracteriza por ser descritiva, dispondo de levantamento bibliográfico. Na seção a seguir, apresentam-se alguns resultados de pesquisas no tocante à sub-representação das mulheres nas instituições brasileiras. Na sequência, são analisadas as representações de Adélia Prado, Hilda Hilst, Nélida Piñon e Carolina Maria de Jesus. Tendo por base a questão “O que pode um arquivo feminista?” (CERQUEIRA; DI LEONE, 2021), são apresentadas a Rede de Arquivo de Mulheres e a iniciativa *Um Grande Dia para as Escritoras*. Por fim, elaboram-se as considerações finais e listam-se as referências citadas.

2 AS MULHERES NOS ARQUIVOS: ECOS DO SILÊNCIO

Ao se deterem nos processos de institucionalização dos arquivos de pessoas, Crivelli e Bizello (2021) localizam as questões que envolveram um período após o golpe militar de 1964, marcado pela repressão e esfacelamento de direitos civis, quando o controle e a censura a fontes de informação tornaram-se uma política de segredo como forma de manutenção de poder. No processo de construção e manutenção da memória nacional, denominado “nova história”, surgem os centros de documentação e memória com o intuito de auxiliar na ideia de democratização da informação. Representantes de memórias materializadas em suportes duráveis, os arquivos tomam lugar de destaque, em função de seus potenciais informacionais (CRIVELLI; BIZELLO, 2021).

Na avaliação da institucionalização, Crivelli e Bizello (2021) destacam ainda dois aspectos: a definição dos arquivos que serão considerados relevantes e os pesquisadores que autorizam, validam e legitimam os arquivos de determinadas pessoas. Como enfatizam, essa

¹ A expressão “lugares de memória” é de Pierre Nora (1993, p. 13): “Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais”.

escolha é um ato político. Nesse ínterim, recomendam a delimitação de diretrizes e políticas de arquivos pelas instituições de forma a proporcionar transparência nos processos de seleção e aquisição.

A falta de representatividade e pluralidade no tocante aos arquivos tem sido retratada por diversas pesquisas. Entre elas, destaca-se Barros (2018) a qual se deteve em 13 de instituições, como Arquivo Nacional (AN), Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), Instituto Moreira Salles (IMS), Academia Brasileira de Letras (ABL), Biblioteca Nacional (BN), Fundação Nacional de Artes (FUNARTE). O levantamento revelou que dos 1.423 fundos/colecções identificados, apenas 139 correspondem a mulheres. Ao analisar somente o AN, Benassi (2017) identificou que dos 305 conjuntos documentais privados, recolhidos entre 1972 a 2016, somente 26 são de mulheres, ainda denuncia que dos 26 conjuntos só um corresponde a mulher negra e outros seis são de categoria não identificada. Schütz e Waschinewski (2022) percorreram os espaços institucionais da memória catarinenses, dos quais evidenciam a maneira difusa que as mulheres estão nesses acervos e a invisibilidade na qualidade de titulares, uma vez que integram arquivos de família ou de seus esposos.

No que se refere a arquivos de pessoas que se dedicaram à escrita literária, Guimarães (2002) evidencia como a pesquisa no Brasil precisa ser avaliada concomitante às instituições. O autor explorou os itens disponíveis em locais como o Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) e Arquivo-Museu de Literatura da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB). Além de anunciar o diferencial quantitativo de documentação entre escritores, resalta suas lacunas, sua dispersão e a necessidade de olhar as pistas para as conexões possíveis entre os locais de guarda. Em síntese, frisa a importância da implantação de “um conjunto de atividades fundamentais para os avanços de toda uma área de conhecimento” (GUIMARÃES, 2002, p. 30).

No Brasil, o falecimento de quem produziu e acumulou documentos costuma figurar como a causa mais comum para a entrada nas instituições ou mesmo promovendo a criação de uma. Lopes (2018) destacou que, além de arquivos, os conjuntos documentais de escritores estão em bibliotecas e centros de documentação vinculados ou não às universidades, sendo adquiridos majoritariamente por meio de doações. Dos 272 arquivos pessoais de escritores analisados pela autora, 223 correspondem à doação, sete por meio de compra/doação, e um de doação temporária. A pesquisa teve resposta de 17 instituições, entre AN, IEB, FCRB, BN,

algumas vinculadas às universidades (UnB, UFMG, USP, UNESP, UFBA) e aos arquivos públicos (Mineiro, Belo Horizonte, Pernambuco, Distrito Federal, São Paulo, Espírito Santo), assim como participaram os Centro de Documentação e Memória da Pinacoteca e Centro de Memória da Bahia.

3 RECRIANDO A CRIAÇÃO: OS ESPAÇOS DA ESCRITA

No intuito de registrar a intimidade do processo criativo, após cinco anos de trabalho, o fotógrafo Chiodetto lançou em 2002 o livro *O lugar do escritor*. Dos 36 escritores visitados, o retrato da escritora Adélia Prado destoa do álbum.

Figura 1 – Adélia Prado em *O lugar do escritor* de Chiodetto (2002)



Fonte: Chiodetto, 2002 *apud* Souza; Cordeiro (2015).

A análise de Souza e Cordeiro (2015, p. 78) frisa: “Apesar da amplidão da sala, percebemos um certo intimismo dado pelo tipo de iluminação que o fotógrafo utilizou, reforçando a atitude reflexiva de Adélia. A ausência de livros chama atenção, quando nas fotos de quase todos os escritores sua presença invade o espaço”. A observação dos autores ganha ênfase ao trazerem o depoimento de Adélia:

Não separo a mãe e a dona da casa da escritora. Sou uma mulher casada, tenho filhos, casa e escrevo. Tudo junto. Por isso o escritório é a minha vida. [...] Vejo criação literária e vida pessoal como um tecido único. Não separo. O livro faz parte da casa, da comida, da experiência, da maternidade, do cotidiano (CHIODETTO, 2002 *apud* SOUZA; CORDEIRO, 2015, p. 74-75).

O retrato de Adélia acompanhado de suas palavras quase sintetiza a história das mulheres. Dentro do espaço privado representado pela casa, o exercício da escrita está condicionado ao viver, cuidar, cozinhar, maternar. Sua prática é compartilhada, não há paredes delimitando a intimidade da produção artística, nem mesmo livros para sustentar a

imagem de intelectual e a pompa de quem dispõe de infinitas referências aos moldes de um gênio romântico.

A tentativa de recriar e materializar os aspectos íntimos da criação é perceptível em instituições de guarda. O Acervo de Escritores Mineiros (AEM), em Belo Horizonte, surge a partir da doação dos documentos da escritora Henriqueta Lisboa, em 1989 (MEDEIROS; RODRIGUES, 2019). O AEM expõe os escritórios, dispondo de mesa, cadeira, máquina de escrever, as bibliotecas e até itens inusitados, como a bateria de Fernando Sabino. Hoje possui material referente a 28 escritores, sendo quatro de mulheres.

Outras iniciativas procuram manter e assegurar o próprio domicílio. Um desses exemplos é o Instituto Hilda Hilst, fundado em 2005, na Casa do Sol, moradia da escritora entre os anos de 1966 a 2004 em Campinas, São Paulo.

Figura 2 – Hilda Hilst na Casa do Sol por Pio Figueiroa



Fonte: Aguiar (2012).

Após a morte de Hilst, a casa tem prestado para os mais diversos usos. A promoção de eventos culturais e até aluguel para permanência diária a mensal ou mesmo locação para gravações têm servido como arrecadamento de recursos financeiros. Nesse ínterim, os documentos e a biblioteca foram tratados, o local foi reformado, restaurado e adaptado para guarda segura de papéis e fotografias. A descoberta de notas, grifos e desenhos nos livros é uma das partes que estão à disposição para pesquisa: “Hilda deixou entre as páginas uma imensa produção artística e literária – dentro dos livros lidos por ela estão poemas inéditos, ilustrações nunca vistas que revelam sua face artista e até mesmo trechos de diários e pistas sobre seu processo criativo” (INSTITUTO HH, 2015, não paginado).

Por outro lado, nem só de “até que a morte nos separe” define a relação entre escritoras e seus pertences. Em 2021, a escritora Nélida Piñon fez uma doação para o Instituto

Cervantes do Rio de Janeiro. Trata-se, na verdade, de uma coleção de oito mil livros os quais inauguraram a Biblioteca Nélida Piñon:

– Me despedi de todos aqueles livros que me educaram, que eu amo, com um certo sofrimento. Aí, fui percebendo o privilégio que eu estava tendo. Muitas vezes os escritores morrem e sua biblioteca não é respeitada pelos herdeiros. Eu me antecipei e respeitei a minha biblioteca, que agora terá novos leitores – diz Nélida, desde 2020 impedida de ler por um problema de visão. – Desde menina, entendi que precisava deixar rastros. Eles são fundamentais para sua existência, sua arte, o que você é (URBIM, 2022, não paginado).

Da doação, o diretor do Instituto, Antonio Maura, destacava a importância dos comentários e anotações feitos nas margens dos livros pela autora: “Estes documentos constituem material imprescindível para os pesquisadores que se dedicam às investigações piñoneanas, assim como à literatura hispano-americana do século XX” (URBIM, 2022, não paginado).

Figura 3 – Nélida Piñon na biblioteca do Instituto Cervantes por Léo Martins



Fonte: Urbim (2022).

As declarações de Nélida e Antonio ilustram os pressupostos que dizem respeito também aos arquivos pessoais de escritoras: o receio da desvalorização por parte de herdeiros, as estratégias de dispersão como forma de disseminação da autoria e a ênfase institucional nos registros à margem e no objeto livro. Não à toa, esses são alguns dos elementos que contribuem para a pouca clareza nos processos de transferências de arquivos. Sem considerar etapas como o diagnóstico e dispor de políticas de seleção e aquisição definidas, o risco de perder a oportunidade de incorporar “riquezas” se estabelece em uma linha tênue entre o “tudo ou nada”.

Embora o percurso até aqui privilegie mulheres, é preciso seguir com criticidade. Suas imagens se constituem de maneira estática: abrigadas pela instituição – a sala, o escritório, a

biblioteca – podem mirar com desinteresse o fora, o que está à espreita, a exemplo de Adélia; encarar o fotógrafo como quem o analisa, na postura de Hilda; ou mesmo manter o sorriso preso entre os lábios como quem não deixa claro se expressa satisfação ou ironia, como Nélida. As mulheres fotografadas registram não só o gênero, uma forma de ser mulher, mas também uma classe social, um tom de pele, uma faixa etária, um nível de escolaridade, um tempo histórico, uma região do país, um modo de ser escritora. Em síntese, reproduzem sistemas vigentes.

Nesse contexto, o nome de Carolina Maria de Jesus evoca silêncios. Revelada pela publicação de seu diário em *Quarto de Despejo*, a obra literária de Carolina dá voz e espaço para outras realidades, entre elas a artística, que deslocam e questionam os sistemas e as instituições – a casa, os lugares de memória, o status do que é literatura. Se recebida, inicialmente, como pioneira e a que abriu caminhos para nomes como o de Conceição Evaristo, sua presença permite também revisitar e resgatar obras a exemplo de *Úrsula*, de Maria Firmina dos Reis, publicada em 1859.

Parte de seu arquivo, abrigado em uma instituição particular, o IMS, provoca disputas que envolvem desde direitos autorais a direito à preservação da intimidade. Em reportagem, Beatriz Oliveira (2023) deflagra o descaso com a parte doada por Vera Eunice, filha de Carolina, ao Arquivo Público de Sacramento, Minas Gerais. Os 37 cadernos estão no antigo presídio, local onde a escritora foi espancada e presa. Doados em 1999, os documentos permanecem nas mesmas caixas, comprometendo a conservação, sendo possível identificar manchas, rasgos e presença de fungos (OLIVEIRA, 2023).

Figura 4 – Carolina Maria de Jesus na comunidade do Canindé por Audálio Dantas



Fonte: Gomes (2020).

Os exemplos aqui dispostos demonstram sucintamente o contexto diverso em que figuram os arquivos pessoais de escritoras e o funcionamento da historiografia literária. No tocante à área de Letras, em 1994, Heloisa Buarque de Hollanda (2016) partia da avaliação dos grupos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) para citar que estavam como grupo emergentes a literatura infanto-juvenil, a literatura popular – oral e de cordel –, a literatura africana e a literatura feita por mulheres:

[...] são aquelas que até muito pouco tempo foram identificadas como áreas marginais, não consideradas, ou quase não consideradas legítimas pela historiografia canônica e cujos produtos foram tradicionalmente definidos como gêneros “menores” na medida em que se apoiavam em literaturas orais, correspondências e narrativas populares, cuja “qualidade” era sistematicamente posta em questão pela crítica literária (HOLLANDA, 2016, p. 295-296).

Na análise, Hollanda (2016, p. 296) ressalta o subgrupo “Literatura e Mulher”, o qual se propunha a trazer “a literatura realizada por mulheres para o campo acadêmico oficial, tematizando as questões sobre o ‘valor’ da escrita feminina e dos gêneros chamados ‘menores’ que, por opção ou estratégia, vêm sendo fartamente usados pelas escritoras”. O movimento da teoria crítica feminista sustenta as mudanças promovidas também para a compreensão da linearidade da história, do papel “imparcial” e objetivo do historiador, da definição dos “fatos históricos”. Encontram, dessa forma, alguns dos aspectos apontados por Crivelli e Bizello (2021) dos processos de institucionalização.

4 PARA ELABORAR O PODER DE UM ARQUIVO

Taís Bravo Cerqueira e Luciana Di Leone (2021) se questionam quanto à existência de um arquivo feminista (seria um arquivo de mulheres? De quais mulheres?). Em busca de respostas, as autoras perpassam o conceito de re-visão, de Rich (2017), do qual sintetizam:

Re-visar é um modo de ler os arquivos hegemônicos questionando tanto a escassa (e problemática) representatividade de mulheres, quanto um gesto de insurgência que elabora em torno da escassez outros arquivos, dando voz às mulheres que foram apagadas, silenciadas, esquecidas, queimadas (CERQUEIRA; DI LEONE, 2021, p. 15).

Nessa perspectiva, destacam-se algumas iniciativas que esboçam um retorno para o título-questão de Cerqueira e Di Leone (2021): “O que pode um arquivo feminista?”.

Foi criada em 2020 a Rede Arquivo de Mulheres (RAM), pela parceria entre o IEB e o CPDOC, tendo a entrada do AN e do IMS no ano seguinte. Estão listados como objetivos da

RAM (2023): a) congregar quem pesquisa e atua nos arquivos de mulheres; b) promover e divulgar pesquisas contribuindo para a valorização das histórias e memórias das mulheres; c) dar apoio e visibilidade às ações realizadas por atividades coletivas; d) realizar levantamento colaborativo reunindo informações sobre arquivos de mulheres. A associação à rede é aberta e busca ampliar seu alcance no que tange às pesquisas e ao público em geral.

Carolina Alves (2023), coordenadora do Programa de Arquivos Pessoais do CPDOC, no encontro “As mulheres nas instituições de memória”, promovido pelo Arquivo Nacional, apresentou alguns aspectos da trajetória da RAM, como as indagações que passaram a fazer parte do trabalho no CPDOC diante da organização de arquivos de mulheres, como o da escritora Anna Amélia: “Quem eram as mulheres do acervo? Como suas histórias se conectavam? Como suas trajetórias eram contadas?”. Alves (2023) destacou que, já em 2015, a política de arquivo havia passado por alterações com a intenção de captar e preservar arquivos de mulheres. Além disso, na oportunidade do evento, relatou algumas ações que o CPDOC vem desenvolvendo, como o processo de digitalização de nove fundos que passaram por revisão: de descritores, resumos e biografias. A coordenadora ainda frisou que para os trabalhos foi formada uma equipe majoritariamente de mulheres, as quais trouxeram novas questões para os documentos já custodiados.

De caráter civil, também em 2020, foi fundada a organização Arquivo Lésbico Brasileiro (2023), com o objetivo de democratizar o acesso às memórias lésbicas. Além de promover campanhas de doação de livros e documentos, realiza eventos, cursos, mostras e clubes de leituras com a participação das escritoras quando possível.

Nas considerações finais, Cerqueira e Di Leone (2021, p. 25) lançam outra questão: “Como arquivar enquanto estamos sendo extintas?”. Nesse sentido, em vez de re-visão, a proposta é a de labor e ação em tempo presente, ou elaboração, como a obra *Um Grande Dia para as Escritoras*: autoras do Brasil mostram a cara. A iniciativa surgiu da tentativa de fazer um registro iconográfico das escritoras que estivessem em São Paulo para a Feira do Livro de 2022. A mobilização tomou maiores proporções, atingindo diversas cidades brasileiras e do exterior, na qual Giovana Madalosso (2023, p. 16) enunciou para as mais de quatrocentas que compareceram: “[...] sempre nos falaram que as mulheres são menos publicadas porque têm menos tempo para escrever, mas é mentira. Apesar da divisão desigual de tarefas domésticas, sempre demos um jeito de escrever”.

Figura 5 – Escritoras na cidade de São Paulo por Armando Prado



Fonte: Madalosso *et al.* (2023, p. 81).

As imagens que compõem o livro são acompanhadas de relatos que descrevem as movimentações prévias e posteriores dos encontros. Entre eles, merecem ênfase os registros da hesitação: muitas escritoras se questionavam se deveriam ir, se mereciam o título de escritora, se dependia de publicações (uma quantidade definida, em editora renomada), de premiações etc. Tais anseios ganharam coro e reconhecimento nos encontros:

De alguma maneira, cada uma viveu a mesma coisa: um manuscrito recusado, uma porta fechada, uma voz silenciada. O chamado ressoava no peito e dispensava explicações, mas a mesma questão surgia de todos os lados: quem podia participar da foto? Ou ainda: o que faz de alguém uma escritora? Ninguém tinha resposta. Uma mulher é escritora a partir do momento que publica? Ou a partir do momento que começa a escrever? E quando começa, o que faz dela escritora, concluir um texto ou ser lida por alguém? (MADALOSSO *et al.*, 2023, p. 11).

Na sequência de páginas, a obra retrata algumas segurando seus próprios livros, outras, cartazes com frases e referências aos movimentos dos quais fazem parte, por vezes, ficou o desconforto por estar entre pessoas desconhecidas, mas comprometidas em registrar a presença de sua existência (resistência, sobrevivência, insurgência).

Por fim, a opção pelo registro em preto e branco une o movimento aos retratos de Adélia Prado e Carolina Maria de Jesus explicitados aqui. Em Adélia, a ausência de cores compactua com a expressão de tédio, das marcas de reforma na parede, no quadro centralizado na imagem, no ponto claro ao lado esquerdo pelo jarro artesanal. Acrescenta-se que sua imagem, posicionada à direita, tem o contraste do alvo de seus cabelos e o papel que aguarda o registro (a cabeça, a imaginação), enquanto suas vestes e a mesa que suporta o corpo e a escrita são escuros, indicando solidez. Carolina Maria de Jesus, à esquerda, segura um livro já escrito, o qual não mira, seu olhar se volta para o horizonte, talvez o chão. Em um local aberto que, entretanto, não sugere liberdade, seu corpo divide espaço com o trabalho,

representado pelas roupas suspensas no varal improvisado. Os pontos claros estão nas vestes, no pano que cobre a cabeça de Carolina, na blusa mal abotoada, na página preenchida. Por sua vez, na reunião das escritoras, vê-se a quantidade na impossibilidade de distinguir rostos, ainda que em contraste com os espaços vazios da arquibancada (que são também um convite para as que não puderam se fazer presentes – cabe mais). Os focos de luz estão na parte superior do registro, enquadrados pelos pilares, mas também nos cartazes sustentados pelas autoras na primeira fila. Juntas formam uma espécie de seta por se afunilarem, uma vez que a maior concentração se fez à frente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na presente análise, partiu-se da representação do que é ser escritora e de que forma as instituições recebem e expõem os arquivos pessoais de mulheres. Entre os nomes referenciados, apenas Nélida Piñon integra a Academia Brasileira de Letras, embora as autoras citadas sejam reconhecidas no campo literário. Em analogia aos arquivos de escritoras, foram lidos registros iconográficos que reproduziam o espaço da escrita e a imagem de um perfil de escritora. Nesse sentido, observou-se a imagem da mulher ligada ao cotidiano da casa e da família, a valorização do objeto livro e das anotações à margem.

A partir dos questionamentos propostos por Cerqueira e Di Leone (2021), algumas iniciativas foram apresentadas. No contexto institucional, referiu-se à Rede de Arquivos de Mulheres, a qual busca captar e dar visibilidade aos arquivos de mulheres, pesquisadores da área, divulgar essas pesquisas, além de movimentar revisões de práticas arquivísticas dentro das próprias instituições. A partir da organização da sociedade, destaca-se o livro *Um Grande Dia para as Escritoras*, marcando a presença com rostos e nomes. Assim, sintetiza-se um esboço de resposta à Cerqueira e Di Leone (2021) de forma a propor os movimentos: de revisão e o de labor e ação. Iniciativas que, não por acaso, tiveram mobilização em tempo de pandemia de Covid-19, reforçando o caráter de resistência e sobrevivência também enfatizado pelas autoras.

Dessa forma, vê-se um caminho para viabilizar a proposição de Chaves e Bizello (2022) que atentaram para a necessidade urgente de institucionalização de arquivos “de” e “sobre” mulheres, assim como iniciar um processo de conscientização dos profissionais da informação e da população. Entende-se que o abrigo da instituição é um caminho construído no hoje, uma esperança de futuro. Para ser possível, é preciso sobreviver à tentativa de extinção que se

apresenta enquanto perigo iminente de ser mulher e na hesitação de se afirmar escritora, de superar a necessidade de validação de um sistema literário e de sobreviver às tentativas de invisibilidade e destruição desses registros.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Josélia. Hilda está superviva. **Valor Econômico**, São Paulo, 2012. Disponível em: <https://valor.globo.com/eu-e/noticia/2012/12/17/hilda-hilst-esta-superviva.ghhtml>. Acesso em: 01 maio 2023.

ALVES, Carolina Gonçalves. **Rede de Arquivos de Mulheres**. 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JlweVOSmXPw>. Acesso em: 12 maio 2023.

ARQUIVO LÉSBICO BRASILEIRO. Disponível em: <https://www.atados.com.br/ong/arquivolesbico-brasileiro-alb/sobre>. Acesso em: 12 maio 2023.

BARROS, Bárbara Moreira Silva de. A escassez de fontes primárias de feministas da primeira metade do século XX no Rio de Janeiro. **Revista Fontes Documentais**, Aracaju, v. 01, n. 01, p. 47-61, 2018.

BENASSI, Martina. **Arquivo e Representatividade**: uma pesquisa através dos acervos de mulheres no Arquivo Nacional. 2017. Rio de Janeiro. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquivologia) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2017.

CERQUEIRA, Taís Bravo; DI LEONE, Luciana. O que pode um arquivo feminista? **eLyra**, Porto, n. 18, 2021.

CHAVES, Elisa Maria Lopes; BIZELLO, Maria Leandra. Arquivos pessoais de mulheres: a institucionalização necessária. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 22., Porto Alegre, 2022. Porto Alegre: ENANCIB, 2022.

CHIODETTO, Eder. **O lugar do escritor**. São Paulo: Cosac e Naif, 2002.

COELHO, Sônia Vieira. As transformações da família no contexto brasileiro: uma perspectiva das relações de gênero. *In*: AUN, J. G.; DE VASCONCELLOS, M. J. E.; COELHO, S. V. (orgs.). **Atendimento Sistêmico de Famílias e Redes Sociais**: Fundamentos Teóricos. v. 1. Belo Horizonte: Ophicina de Arte e Prosa, 2006.

CRIVELLI, Renato; BIZELLO, Maria Leandra. Institucionalização e trajetórias dos arquivos pessoais no Brasil. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 1, 2021.

DUARTE, Constância Lima. Arquivos de mulheres e mulheres anarquivadas: histórias de uma história mal contada. SOUZA, Eneida Maria de; MIRANDA, Wander Melo (orgs.). **Crítica e coleção**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

GOMES, Fernanda. Projeto literário promete revelar a verdadeira Carolina de Jesus. **Estado de Minas**, Cultura, Belo Horizonte, 2020. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/cultura/2020/08/11/interna_cultura,1174882/projeto-literario-promete-revelar-a-verdadeira-carolina-de-jesus.shtml. Acesso em: 01 maio 2023.

GUIMARÃES, Júlio Castañon. Pesquisa em acervos literários. **Mosaico**, Belo Horizonte, 2002. Disponível em: <http://antigo.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/artigos/aj/FCRB-JulioCastanonGuimaraes-Pesquisa-acervos-literarios.pdf>. Acesso em: 8 nov. 2022.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de. A historiografia feminista: algumas questões de fundo. In: RODRIGUES, C.; BORGES, L.; RAMOS, T. R. (orgs.). **Problemas de gênero**. Rio de Janeiro: Funarte, 2016.

INSTITUTO HILDA HILST. **Retrospectiva 2015**: Sala de Memória Casa do Sol. 2015. Disponível em: <http://www.hildahilst.com.br/blog/retrospectiva-2015-sala-de-memoria-casa-do-sol>. Acesso em: 02 maio 2023.

LOPES, Bruna Pimentel. **Arquivos pessoais de escritores no Brasil**: estudo comparativo das formas de aquisição e acesso em instituições públicas. 2018. Brasília. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

MADALOSSO, Giovanna. Juntas fomos estádio, praça e escadaria. In: MADALOSSO, Giovana *et al.* (orgs.). **Um Grande Dia para as Escritoras**: autoras do Brasil mostram a cara. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2023.

MADALOSSO, Giovana *et al.* (orgs.). **Um Grande Dia para as Escritoras**: autoras do Brasil mostram a cara. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2023.

MEDEIROS, Elen de; RODRIGUES, Leandro Garcia (orgs.). **Acervo de escritores mineiros**: memórias e histórias. Belo Horizonte: FALE/UFGM, 2019.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Proj. História**, São Paulo, n. 10, 1993.

OLIVEIRA, Beatriz de. Rasgos e manchas: a situação do acervo de Carolina Maria de Jesus. **Nós, mulheres da periferia**. 17 abr. 2023. Disponível em: https://nosmulheresdaperiferia.com.br/rasgos-e-manchas-a-situacao-do-acervo-de-carolina-maria-de-jesus/?utm_campaign=news_geral_-_2023_um_jeito_de_comecar_a_semana_exceto_catarse_15&utm_medium=email&utm_source=RD+Station. Acesso em: 28 maio 2023.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2013.

REDE ARQUIVO DE MULHERES. Disponível em: <https://redearquivosdemulh.wixsite.com/website-2>. Acesso em: 7 maio 2023.

RICH, Adrienne. Quando da morte acordamos: a escrita como re-visão. In: BRANDÃO; CAVALCANTI; DE LIMA *et al.* (orgs). **Traduções da cultura**: perspectivas críticas feministas (1970-2010). Florianópolis: EDUFAL/EdUFSC, 2017.

SCHÜTZ, Karla Simone Willemann; WASCHINEWSKI, Susane da Costa. Notas iniciais de pesquisa: mapeando a presença de mulheres como titulares de acervos em instituições de memória em Santa Catarina. **PerCursos**, Florianópolis, v. 23, n. 51, 2022.

SOUZA, Elizeu Clementino; CORDEIRO, Verbena Maria Rocha. O lugar do escritor: diálogos sobre imagens, (auto)biografias e escrita. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 16, 2015.

Disponível em:

<https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/24533/17513>. Acesso em: 02 abr. 2023.

URBIM, Emiliano. Nélida Piñon doa 8 mil livros ao Instituto Cervantes do Rio, que inaugura biblioteca com nome da autora: “Preciso deixar rastros”. **O Globo**, Caderno Cultura, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em:

<https://oglobo.globo.com/cultura/livros/noticia/2022/06/nelida-pinon-doa-8-mil-livros-ao-instituto-cervantes-do-rio-que-inaugura-biblioteca-com-nome-da-autora-preciso-deixar-rastros.ghtml>. Acesso em: 01 maio 2023.